

» UNICIDADE GARANTIA DA LIBERDADE SINDICAL

» ELEIÇÕES E LIBERDADES

**DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL
NO COMÍCIO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
REALIZADO NA MARINHA GRANDE EM 18/1/1975**

OPERÁRIOS E OPERÁRIAS DA MARINHA GRANDE.
CAMARADAS.

Para todos aqueles que no tempo do fascismo lutaram pela liberdade, e para aqueles que ansiaram por ela é uma grande honra e motivo de profunda alegria poderem hoje estar aqui no primeiro 18 de Janeiro após o derrubamento da ditadura comemorando esta data gloriosa, junto com a combativa, indomável e heróica classe operária da Marinha Grande. Marinha Grande é um nome escrito a ouro na história do movimento operário português. Melhor se pode dizer, escrito com lágrimas e com sangue.

Porque a luta dos trabalhadores da Marinha Grande ao longo de 50 anos de fascismo foi paga com pesadas perdas, com perseguições, tortura, prisões, com o assassinio e a deportação de muitos dos seus melhores filhos, com séculos passados nas masmorras fascistas, com privações e sacrifícios silenciosos e anónimos das famílias dos militantes educados na mesma escola de elevada consciência de classe e incansável combatividade.

As tradições de luta do proletariado da Marinha Grande são inseparáveis da actividade dos comunistas. A classe forjou a sua vanguarda revolucionária — e a vanguarda revolucionária (os comunistas) soube estar à altura da classe.

Marinha Grande pode orgulhar-se de muitos combatentes de vanguarda que tem dado ao movimento operário. Pode orgulhar-se dos seus mártires e dos seus heróis. E a vinda para a sua terra natal, hoje, nesta data, dos restos mortais de um militante comunista que deu toda a sua vida à luta pela liberdade da classe operária e do povo português — o camarada José Gregório — é, ao lado de outros nomes gloriosos, um símbolo das qualidades e tradições do proletariado da Marinha Grande e do papel da sua vanguarda revolucionária — o Partido Comunista Português.

Neste mesmo comício, antes de mim, um outro membro da direcção do Partido, o camarada Joaquim Gomes, também filho da Marinha Grande, também operário vidreiro, membro do Partido há 40 anos, militante que viveu e lutou quase 20 anos na clandestinidade, já vos transmitiu as saudações da nossa direcção.

Mas permiti que partilhe também da alegria e da honra de transmitir neste dia histórico à classe operária, ao povo e aos comunistas da Marinha Grande as saudações calorosas e fraternais do Comité Central do Partido Comunista Português.

UNICIDADE — GARANTIA DA LIBERDADE SINDICAL

A organização sindical tornou-se o problema político central da actualidade.

A classe operária da Marinha Grande tem particular autoridade para falar em liberdade sindical e para definir, num ponto de vista de classe, em que consiste a liberdade sindical.

Tem particular autoridade porque, precisamente há 41 anos, sob a ditadura fascista, no glorioso 18 de Janeiro que hoje comemoramos, os operários da Marinha Grande se ergueram de armas na mão contra a fascização dos sindicatos e em defesa da liberdade dos seus sindicatos.

Em defesa dessa liberdade sofreram no total séculos de prisão e perderam vidas preciosas dos seus heróicos filhos.

Hoje, em condições radicalmente diversas, ao sol da liberdade, utilizando outras formas de luta,

a classe operária da Marinha Grande continua firmemente disposta a lutar em defesa da liberdade sindical.

Em torno da questão sindical discute-se muito o significado das palavras. Como se sabe, no fundamental, **unicidade** é a palavra com que os trabalhadores e o movimento sindical português têm definido a unidade sindical consagrada na lei. E **pluralismo** é a palavra que significa a formação de sindicatos concorrentes para a mesma categoria, profissão ou ramo de actividade.

Nas condições concretas existentes em Portugal, liberdade sindical significa unicidade, e pluralismo significa a perda efectiva da liberdade sindical. Essa a razão fundamental por que os trabalhadores e os seus sindicatos se têm manifestado pela unicidade e contra o pluralismo. Essa a razão fundamental por que centenas de milhar de trabalhadores deram no dia 14 em Lisboa uma poderosa manifestação da sua vontade.

Perante a grande corrente favorável à unicidade sindical, perante as posições dos sindicatos, dos trabalhadores, de organizações democráticas e do MFA, procuram alguns impedir a concretização desse objectivo. Atacam então com manobras dilatórias e de diversão em duas direcções.

Uma dessas direcções é a contestação dos resultados da discussão do projecto-lei realizada nos sindicatos. Como se sabe, a maioria esmagadora dos sindicatos pronuncia-se pela unicidade. Mas vem agora o PS e o PPD contestar tal resultado, afirmando que os trabalhadores que se pronunciaram não sabiam o que queriam, que a grande maioria dos trabalhadores não se pronunciara, e que esses certamente estariam contra.

Mas na verdade quem sabe melhor o que querem os trabalhadores? Os próprios trabalhadores ou os dirigentes dos partidos burgueses? Quem sabe melhor que liberdade sindical convém aos trabalhadores? Os próprios trabalhadores ou políticos ligados aos interesses da sociedade capitalista? Os próprios trabalhadores ou certos sindicalistas estrangeiros e funcionários de embaixadas?

Quais os votantes que contam: os que votam ou os que se abstêm? Porque não defenderam os homens do PS e do PPD as suas opiniões nos sindicatos? Porque não se manifestaram no debate? Porque não apareceram nas assembleias? E porque vêm agora, no último minuto, não discutir o fundo do problema, mas contestar o resultado do debate nos sindicatos, porque, segundo dizem, a maioria não se pronunciou?

A questão pode simplificar-se em poucas palavras.

No amplo debate houve os que falaram e houve os que não falaram. Os que falaram, na sua esmagadora maioria estão pela unicidade. A "maioria" que não falou, que se manteve calada, estaria, segundo o PS e o PPD, contra a unicidade. Quer dizer: argumentam contra a unicidade com a "maioria silenciosa" nos sindicatos.

A classe trabalhadora sabe bem o que significa a "maioria silenciosa" na vida política nacional. Está em condições de compreender o que significa esse argumento duma pretensa "maioria silenciosa" no movimento sindical.

Não. Na classe trabalhadora não há "maiorias silenciosas". Aqueles que queriam dividir os trabalhadores, que queriam fomentar um movimento reaccionário no seu seio, que queriam servir-se ainda dos velhos quistos fascistas que existem em dois ou três sindicatos não saneados pelos trabalhadores não conseguirão os seus intentos. Os trabalhadores deram nos sindicatos resposta ao problema posto. Deram-no na gigantesca manifestação de Lisboa no dia 14. E lutar até à vitória em defesa da liberdade sindical, da unidade sindical, da independência dos sindicatos, o que se traduz hoje (na nova e criadora linguagem política da revolução portuguesa) numa palavra: a unicidade.

Outra direcção do ataque à unicidade é o ataque calunioso e nos termos mais grosseiros à manifestação do dia 14 de Janeiro.

Quem lá esteve sabe de todo o magnífico esplendor desta manifestação, da força imensa e serena dos trabalhadores nela demonstrada. Nós sentimos orgulho, pelo nosso Partido, pela classe trabalhadora, dessa manifestação extraordinária, que ficará gravada na história do movimento operário português e da revolução democrática em curso como uma grande acção em defesa da unidade dos trabalhadores e da aliança do Povo com o Movimento das Forças Armadas.

O que alguns senhores dizem em relação à manifestação de Lisboa é mais para rir que para chorar. Dizem por exemplo que essa manifestação, que teve de facto 200 a 300 mil participantes, teria tido apenas 45 mil. E que, pelo seu lado, o comício do Partido Socialista e os seus aliados no Pavilhão dos Desportos, dentro do pavilhão e em frente da porta, teriam tido 50 mil pessoas. Donde se conclui duas coisas: a primeira é que, segundo as regras democráticas e aritméticas PS — PPD, o comício venceu a manifestação maioritariamente! E a segunda é que o largo Martim Moniz, a Rua da Palma, mais os quilómetros da Avenida Almirante Reis, mais a Avenida Guerra Junqueiro, mais a Praça de Londres, que num momento dado, simultaneamente, estavam cobertos de manifestantes, que tudo isso cabe e à vontade no Pavilhão dos Desportos e diante da porta. Sabem os lisboetas que é impossível meter o Rossio na Rua da Betesga. Mas agora que desapareceu a Rua da Betesga, descobriram esses senhores que se podem meter três quilómetros de Lisboa no Pavilhão dos Desportos.

Camaradas:

A liberdade sindical não é uma vaga expressão de juristas, mas uma realidade concreta,

inseparável de outros dois conceitos complementares: a independência e a unidade.

Nas condições concretas existentes em Portugal, o essencial da liberdade sindical é a liberdade dos trabalhadores decidirem completa e livremente da orientação, da gestão e da direcção dos seus próprios sindicatos.

O pluralismo sindical levaria à criação de sindicatos concorrentes, cada qual com uma vida interna subordinada a uma tendência partidária dirigista do sindicato, onde a verdadeira liberdade de classe seria abafada pelo espírito da seita animadora da formação do próprio sindicato. A liberdade sindical só pode ser assegurada pela unicidade.

O essencial da independência sindical é a independência de classe, a independência na luta contra a exploração e em defesa dos interesses dos trabalhadores. O pluralismo sindical significaria o domínio absoluto dos sindicatos por partidos, por grupos de caciques profissionais ou pelo próprio patronato. Nas condições concretas existentes em Portugal, a independência dos sindicatos só pode ser assegurada pela unicidade.

A unidade sindical é uma das mais fortes expressões da unidade da classe operária, condição da defesa efectiva dos seus interesses vitais.

O pluralismo sindical é uma tentativa para dividir os sindicatos e dividir a classe operária. Todo o desespero de certos dirigentes políticos pela perspectiva da unidade sindical consagrada na lei é porque uma tal decisão virá impedi-los de criarem sindicatos próprios, não sindicatos livres e independentes da classe trabalhadora, mas aparelhos sindicais subordinados aos partidos respectivos e servindo os partidos respectivos. Viria impedi-los de dividir o movimento sindical e a própria classe trabalhadora.

O pluralismo seria a forma de consagrar na lei a divisão dos sindicatos e dos trabalhadores. A unicidade será a forma de defender com a garantia da lei, a unidade sindical e da classe. Em Portugal neste momento existe a unidade sindical. A unicidade não visa impor, mas defender a unidade dos sindicatos e da classe operária. O pluralismo, a permissão por lei de sindicatos concorrentes e rivais, conduziria imediatamente à criação de sindicatos em luta aberta entre si, a uma corrida de demagogia, de promessas reivindicativas para ganhar filiados, ao arrastamento indefinido da contratação com o patronato, ao aproveitamento da divisão para reforçar a exploração, à anarquização da luta da classe e à rápida deterioração da situação social e política.

O pluralismo sindical seria um obstáculo real ao processo democrático e criaria condições favoráveis para manobras e conspirações contra-revolucionárias.

Mas isso não acontecerá.

Queiram ou não queiram os divisionistas, a liberdade sindical, tal como a entendem e a querem os trabalhadores portugueses, será assegurada, e será mantida e reforçada a independência e a unidade dos sindicatos, a independência e a unidade da classe operária, garantia da defesa dos seus interesses e da vitória definitiva de um regime democrático em Portugal.

ELEIÇÕES E LIBERDADES

Camaradas:

Aqueles que se preparam para dividir os sindicatos e dividir a classe operária, não se limitam a combater a posição dos sindicatos, do nosso Partido, dos trabalhadores, e de outras forças no que respeita à unicidade sindical.

Para impedirem que a lei seja aprovada, dramatizam a questão, põem a correr que sairão do Governo, gritam que as liberdades estão ameaçadas e inventam caluniosamente que o PCP não quer as eleições e que prepara mesmo um golpe para instaurar uma nova ditadura.

Esta campanha merece algumas palavras.

Em primeiro lugar sobre as eleições.

Como todos sabemos, o Partido Comunista Português continua defendendo a realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte. É ponto do programa do Partido Comunista Português reafirmado no último Congresso Extraordinário. É ponto do programa do Movimento das Forças Armadas. É ponto de acordo de todas as forças democráticas.

É precisamente porque queremos eleições livres que lutamos contra uma série de situações e irregularidades susceptíveis de falsear o processo eleitoral.

Isso dizemo-lo claramente e sem subterfúgios. Podemos nós considerar votos livres, que possam contar para os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte, votos que apareçam apurados no Brasil, país onde não existem liberdades democráticas, onde não pode haver um esclarecimento por parte dos partidos políticos portugueses (pelo menos do PCP), onde nos consulsamos por sanear se podem repetir os métodos "eleitorais" que nós bem conhecemos dos tempos do fascismo? E vão também contar-se como votos aqueles que vierem dos Estados Unidos da América do Norte, onde foram recentemente em missões de esclarecimento delegados oficiais do Partido Socialista e do PPD, mas onde foi recusada a entrada do delegado

do Partido Comunista Português com idêntica missão? São votos livres aqueles que vão ter lugar em Moçambique e em Angola, cujas razões políticas não contestamos, mas onde nem sequer se pode definir quem na realidade tem direito de voto? São votos livres aqueles que têm lugar no distrito de Viseu onde nas comissões de recenseamento de 15 concelhos no total de 24 não foram aceites representantes do PCP? E no distrito da Guarda, onde o PCP foi apenas consultado em 4 dos 14 concelhos? E na Ilha da Madeira onde a reacção impera nos campos? E em numerosos outros concelhos e freguesias do País, onde não chegou o 25 de Abril, onde o poder local continua nas mãos de fascistas e reacccionários e, onde as populações são envenenadas com a desinformação mais repugnante e são coagidas economicamente, fisicamente e moralmente?

Nós queremos eleições livres para a Assembleia Constituinte. E insistimos claramente neste objectivo. Mas precisamente porque queremos eleições livres advertimos contra essas situações e irregularidades e temos insistido para que sejam rapidamente corrigidas e rectificadas.

O que pode parecer estranho é que haja forças democráticas que em vez de apoiarem, se insurjam contra tais reclamações do PCP que visam garantir liberdade e autenticidade das eleições. E se tomam tal atitude é bom ver porque a tomam. Será porque alguns constituem as suas organizações locais na base de gente da antiga ANP, dos elementos mais reacccionários, desses caciques locais que desinformam, enganam e coagem as populações?

Tudo indica que alguns querem nessas regiões e numa parte considerável da emigração pseudo-eleições segundo o velho estilo fascista e nós temos dito e continuamos dizendo que não serão livres eleições onde quer que os comunistas sejam afastados do processo eleitoral, onde quer que se realizem sem um recenseamento honesto e fiscalizado, sem liberdade de propaganda, sem um acto eleitoral igualmente fiscalizado em todas as suas fases. Onde quer que isso se verifique, as eleições não poderão considerar-se livres e os seus resultados não poderão considerar-se válidos. Estamos certos que todos os verdadeiros democratas estão connosco nesta luta pela seriedade e autenticidade das eleições, e lutamos para que essas eleições possam realizar-se.

Em toda a parte nos esforçamos e esforçaremos para que as eleições para a Assembleia Constituinte venham a ser verdadeiramente livres. As organizações comunistas e todos os democratas devem activar cada vez mais o seu trabalho no processo eleitoral, devem desmascarar firmemente todas as irregularidades. Devem preparar-se para as eleições como para uma grande batalha.

E que não se iludam os eleitoralistas. Também nas eleições se mostrará a profunda confiança que a classe operária e as massas trabalhadoras têm na sua vanguarda revolucionária: O Partido Comunista Português.

Ligada a esta calúnia segundo a qual o Partido Comunista Português não quereria a realização de eleições, a propaganda reacccionária, acompanhada por certos sectores do Estado e pelo Partido Socialista e pelo PPD acusam ou insinuam que o PCP está preparando um golpe para se apossar do poder.

A acusação é grave, não é nova e, embora absurda e caluniosa, merece de novo algumas reflexões.

A primeira é de natureza histórica.

Muito se tem falado na tentativa de um golpe constitucional, que ficou conhecida como a tentativa de golpe do então primeiro-ministro Palma Carlos. Esse golpe visava a declaração do estado de sítio, a efectiva instauração de uma ditadura pessoal do general Spínola e a não realização das eleições para a Assembleia Constituinte. A operação era de envergadura e é bem de ver que não era um professor de direito que, mesmo que primeiro-ministro, que só por si poderia realizá-la.

Uma das razões porque essa tentativa de golpe reacccionário ficou sendo conhecida por tentativa de golpe Palma Carlos, deve-se ao próprio ex-primeiro-ministro. Porque, se se prestou a tomar publicamente a iniciativa de um tal golpe baixo contra as liberdades, depois, quando foi derrotada a operação aguentou sozinho as responsabilidades e encobriu os seus cúmplices, alguns aliás bem conhecidos.

Tem particular interesse relembrar esta questão neste preciso momento.

Hoje, quando o PPD, arvorado em campeão das liberdades, vem acusar o PCP de não querer eleições, é necessário lembrar que em Julho, nesse momento de perigo, no preciso momento em que o PCP lutava contra a tentativa de golpe para a não realização de eleições e a instauração de uma nova ditadura, houve altos responsáveis do PPD que cooperaram estreitamente e acompanharam momento a momento Palma Carlos em todas as suas posições e atitudes preparatórias do golpe.

É bom lembrar o facto para sublinhar que em matéria de golpes e adiamento de eleições não somos nós os especialistas.

Assim se compreendem melhor outros factos.

Desde o 25 de Abril, sempre que a reacção tem procurado desencadear uma ofensiva com

vista à instauração de uma nova ditadura, procura justificar tal iniciativa com o pretexto de que são os comunistas que estão preparando um golpe para tomar conta do poder. Foi assim na tentativa de golpe Palma Carlos. Foi assim no 28 de Setembro. Foi assim também noutras ocasiões que a seu tempo serão melhor conhecidas.

É por isso lícito adiantar que se hoje de novo o PCP é acusado de preparar um golpe, é porque a reacção está tramando o seu.

E isso obriga a redobrar a vigilância, estar atentos às manobras da reacção, a observar e a detectar reuniões e movimentos de fascistas e reacccionários, e comunicar prontamente às Forças Armadas, ao PCP, ao MDP e outras organizações democráticas, todos os factos que parecerem suspeitos.

Existem forças bastantes, se unidas, para derrotar quem quer que procure travar o caminho ao processo revolucionário, através de conspirações e de golpes.

Temos absoluta confiança. Se as forças reacccionárias e conservadoras se meterem em aventuras golpistas, receberão severa lição.

Camaradas:

A agudeza da luta política em torno da questão sindical, as campanhas caluniosas anti-comunistas de dois partidos da coligação — o PS e o PPD — discursos e documentos destes partidos que pelos seus termos mais parecem de partidos da oposição do que de partidos do governo, coloca a necessidade e a urgência de se esclarecerem posições.

O que querem realmente os dirigentes do PS e do PPD? O PS e o PPD devem claramente e sem equívocos dizer se querem para além das eleições prosseguir uma política de coligação com o PCP, ou se projectam, ao contrário, uma política de coligação com a direita reacccionária, com a exclusão do PCP e contra o PCP. Se querem a unidade das forças democráticas ou querem a unidade com a direita reacccionária. Se querem prosseguir a política de aliança Povo-Forças Armadas, ou se o seu projecto político é conseguir uma composição da Assembleia Constituinte que conduza constitucionalmente à dissolução do MFA?

É necessário que os dirigentes do PS e do PPD respondam a estas perguntas com clareza e toda a urgência.

Nós compreendemos um certo enervamento e perda de serenidade destes dois partidos, designadamente do PS. O PS tem sofrido alguns desaires na sua política. Tem problemas internos. Registou realmente uma importante cisão. Nós lamentamos esses desaires, porque gostaríamos de ver um Partido Socialista forte, unido e activamente participante, ao nosso lado e com um destacado papel na democratização do nosso País.

O PCP não é, porém, o responsável dos desaires do Partido Socialista. O único responsável desses desaires é o próprio Partido Socialista. Por duas razões fundamentais. A primeira é que não compreendeu ainda o processo da revolução democrática portuguesa, não compreendeu ainda que estamos vivendo e fazendo uma revolução, que a revolução não pode ser contida por decretos. É a revolução que faz os decretos, cria as instituições, encontra as soluções para os seus problemas.

A segunda é porque o PS se está voltando para uma política de direita e para os conluios de direita e com a provocação esquerdista, contra a unidade democrática e popular e contra a aliança Povo — Forças Armadas.

No comício do Partido Socialista no dia 16 em Lisboa, a juntar ao cacharote ideológico dos pradores mais responsáveis, houve ali de tudo, tudo unido numa santa aliança contra o Partido Comunista e contra a aliança do Povo com as Forças Armadas, no fim de contas contra o MFA.

Ouvimos por exemplo nesse comício um orador proclamar que, não sendo socialista, estava ali "lutando ombro a ombro contra o inimigo comum". Esse "inimigo comum" foi apontado — o Partido Comunista Português, e não só.

Ora este sentido geral da política do PS exige urgente esclarecimento. Queremos saber bem as linhas com que nos cosemos. É igualmente necessário que os dirigentes socialistas tenham também uma ideia exacta (porque parece que a não têm) das linhas com que se cosem.

Nós convidamos o PS a definir com urgência quem são os seus amigos e quem são os seus inimigos.

Quer o Partido Socialista a aliança com o Partido Comunista e outras forças democráticas contra o fascismo e a reacção, ou quer a aliança com as forças conservadoras da direita, contra o PCP e as outras forças revolucionárias?

Quer a aliança anti-fascista e democrática ou a aliança anti-comunista?

Dado que o general Spínola, em declaração recente, retoma surpreendentemente certas formulações do Partido Socialista, diga o Partido Socialista: Conta ou não com o general Spínola como seu aliado? No fim de contas: está com o 28 de Setembro ou contra ele?

O PCP, pela sua parte, como tem muitas vezes insistido, continua a defender a unidade das forças populares e democráticas e a aliança com as Forças Armadas, continua a defender a cooperação com o Partido Socialista no quadro dessa unidade e dessa aliança.

Temos proposto e continuamos a propôr um exame conjunto da situação e das perspectivas por delegações das direcções dos dois partidos, em conversações que estavam a ter lugar antes do Congresso do PS, que foram por este subitamente interrompidas com justificação na preparação do Congresso, mas que não mais mostraram interesse em reatar. Estamos prontos a participar junto com os outros partidos da coligação e com o MFA, numa ampla troca de opiniões sobre todos os problemas de interesse comum, sobre perspectivas do processo democrático e sobre a cooperação antes das eleições, nas eleições e depois das eleições.

E não pretendemos excluir da vida política portuguesa nenhuma formação política que queira viver em liberdade e a respeitar e defender a liberdade.

As nossas alianças são claras e conhecidas. A política do PCP é o que declara ser.

Tudo faremos pela nossa parte para que a revolução portuguesa prossiga com o cravo na espingarda, sem convulsões nem trágicos confrontos.

Os partidos políticos têm elevada função a desempenhar no reforço do movimento popular. Mas não são a única forma de expressão da sua actividade, e da sua força.

O movimento sindical é já um poderoso movimento. É com o movimento sindical e não contra ele que se reforça a componente popular da revolução. Reforça-se também com a organização e a actividade das mais amplas camadas populares em defesa dos seus interesses vitais e em defesa da liberdade e da democracia.

Reforça-se com a classe operária, com o povo, com as massas, e não contra a classe operária, contra o povo e contra as massas. Aqueles que o não compreenderem serão irremediavelmente ultrapassados pelos acontecimentos.

Lutamos para que seja definitivamente banida a ameaça de uma volta ao passado. A necessidade mantém-se do reforço do aparelho do Estado e da responsabilização efectiva de fascistas e conspiradores reaccionários.

Lutamos para que a democratização da vida económica acompanhe a democratização da vida política. A necessidade mantém-se de sérias medidas de controlo do poder económico pelo poder político. Impõe-se severo controlo da actividade bancária, o reforço da intervenção da banca do Estado, a tomada firme de posições em sectores fundamentais da economia, medidas para a contenção dos preços e para readaptações dos salários ao aumento dos preços; medidas urgentes na agricultura que respondam às necessidades e aspirações fundamentais das massas camponesas.

A luta contra os monopólios e os latifúndios está na ordem do dia. Não é possível a instauração de um regime democrático sem transformações profundas da sociedade portuguesa, que respondam aos interesses e objectivos da classe operária, das massas trabalhadoras e dos seus aliados das classes médias, designadamente os pequenos camponeses, os pequenos comerciantes, os pequenos industriais.

Existem em Portugal forças bastantes para fazerem marchar para a frente a revolução democrática.

Fortaleçamos a unidade da classe operária, defendendo a unicidade sindical.

Fortaleçamos os sindicatos agrícolas e as ligas e associações camponesas e forjemos em sua volta a unidade do campesinato.

Fortaleçamos a organização e a defesa dos interesses dos pequenos comerciantes e industriais.

Fortaleçamos a organização e a acção dos intelectuais.

Fortaleçamos as organizações e a actividade da juventude trabalhadora e estudantil.

Fortaleçamos as formas de organização e acção das mulheres portuguesas.

O reforço rápido, vigoroso, confiante, da organização, da acção e da unidade do movimento popular — uma das duas componentes da dinâmica do processo revolucionário — e o reforço constante da sua aliança com o Movimento das Forças Armadas, constituem grandes e prioritárias tarefas no momento presente.

Os portugueses têm razões para estar confiantes no futuro: a aliança Povo — Forças Armadas é invencível.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA PORTUGUESA!

**VIVA A UNIDADE DO MOVIMENTO POPULAR E A UNIDADE DAS FORÇAS
DEMOCRÁTICAS!**

**VIVA A ALIANÇA DO MOVIMENTO POPULAR COM O MOVIMENTO DAS FORÇAS
ARMADAS!**

VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!